

Ministério Público do Estado de Alagoas

INOVA | Sistema de Gestão de Projetos e Processos

O FUTURO É AGORA. MP/AL NA LUTA CONTRA A FOME.

Tipo: Projeto

Área Regional: Município de origem não informado

Status: Em elaboração

Unidade: Unidade de origem não informada

Tags: Não informado

::: Problema/ Oportunidade

A presente ação é necessária para enfrentar uma das mais graves violações de direitos humanos: a fome, especialmente entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no estado de Alagoas. Esse projeto busca garantir e fortalecer a proteção do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA), conforme estabelecido na Recomendação nº 97/2023 do CNMP, o que evidencia sua origem em uma demanda legal. Além disso, a sua necessidade decorre do cenário alarmante de insegurança alimentar que afeta diretamente o desenvolvimento físico, cognitivo e social de crianças e adolescentes. Isso em razão de que, a ausência de políticas públicas eficazes ou a não adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) agrava a vulnerabilidade desse público, exigindo uma atuação mais estratégica e coordenada do Ministério Público de Alagoas. A partir da ação proposta, será permitido o fortalecimento da atuação das Promotorias de Justiça na defesa do DHANA, a promoção de parcerias institucionais, a capacitação de agentes envolvidos na rede de proteção e o fomento da criação ou adesão a políticas públicas locais. Caso não seja executada, a omissão poderá resultar na perpetuação da fome e desnutrição infantil, agravando desigualdades sociais e comprometendo direitos fundamentais assegurados constitucionalmente. Entre os benefícios esperados destacam-se: - Maior protagonismo do MP/AL na garantia dos direitos humanos; - Ampliação da rede de proteção às crianças e adolescentes; - Estímulo à adesão dos municípios ao SISAN ou à implementação de políticas próprias; - Produção de peças jurídicas e extrajudiciais que contribuam para a efetividade dos direitos; - Sensibilização e capacitação de agentes públicos e da sociedade civil sobre a importância do DHANA. Portanto, esta iniciativa alinha-se ao Plano Estratégico do MPAL (2023–2029) e ao Plano Geral de Atuação (2023–2026), reforçando o papel institucional do MP na promoção da justiça social e na proteção dos grupos mais vulneráveis.

::: Objetivo

Gerais: Promover, até dezembro de 2025, uma atuação estratégica e ampliada do Ministério Público de Alagoas na garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio de articulação institucional, emissão de peças extrajudiciais/judiciais e apoio à implementação de políticas públicas municipais. Específicos: Firmar, até agosto de 2024, ao menos 3 parcerias institucionais com universidades, conselhos de segurança alimentar ou associações municipais para apoio técnico e institucional ao projeto. Indicador: número de convênios/parcerias formalizadas. Produzir e distribuir, até setembro de 2024, 300 cartilhas e 300 cartazes informativos sobre o DHANA, destinados à sensibilização das Promotorias e da sociedade civil. Indicador: quantidade de materiais gráficos produzidos e distribuídos. Realizar, até setembro de 2024, pelo menos 4 encontros de capacitação voltados a membros do MP/AL e parceiros institucionais sobre a atuação ministerial em defesa do DHANA. Indicador: número de capacitações realizadas e participantes capacitados. Aumentar, até dezembro de 2025, o número de Promotorias de Justiça com adesão ativa ao projeto e que tenham expedido pelo menos uma peça extrajudicial ou judicial em defesa do DHANA. Indicador: número de Promotorias aderentes e peças emitidas. Apresentar, até dezembro de 2025, relatório final de execução do projeto em seminário institucional no MP/AL, sistematizando os resultados alcançados, boas práticas e desafios enfrentados. Indicador: realização do seminário e entrega do relatório final.

::: Escopo

- Firmamento de parcerias institucionais com universidades, conselhos de segurança alimentar e nutricional, e associações municipais, visando à articulação e ao fortalecimento da rede de proteção social. - Material gráfico

produzido e distribuído, composto por: 300 cartilhas educativas sobre o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA), direcionadas às Promotorias e à comunidade; 300 cartazes informativos para ampla divulgação da temática nos municípios participantes. - Modelos de peças técnicas elaboradas, com a disponibilização de minutas padronizadas para atuação extrajudicial e judicial na defesa do DHANA pelas Promotorias de Justiça. - Capacitações realizadas para membros do Ministério Público de Alagoas e instituições parceiras, com foco na atuação prática em casos de violação ao DHANA e na construção de políticas públicas municipais. - Apoio técnico e institucional às Promotorias, com estímulo à adesão ao projeto e ao SISAN, além do acompanhamento e incentivo à expedição de peças extrajudiciais ou judiciais. - Relatório final do projeto, com consolidação de resultados, avaliação de impacto e registro das boas práticas, apresentado em seminário institucional no MP/AL.

::: Não Escopo

O projeto não contempla: - Distribuição direta de alimentos ou cestas básicas às famílias em situação de vulnerabilidade, por se tratar de atribuição de outras esferas governamentais e da sociedade civil. - Criação ou financiamento de programas assistenciais permanentes, uma vez que o projeto se limita à indução de políticas públicas municipais e à atuação institucional do MP/AL. - Atuação individualizada em todos os casos de insegurança alimentar no estado, considerando que o projeto prioriza ações estruturantes e estratégicas. - Implementação direta de políticas públicas municipais de segurança alimentar e nutricional, cabendo ao MP/AL apenas estimular e fiscalizar sua criação e efetividade. - Contratação de novos servidores ou pessoal temporário, sendo as atividades executadas pela equipe existente ou por meio de parcerias institucionais.

::: Premissas

- As Promotorias de Justiça aderirão voluntariamente ao projeto, comprometendo-se com a execução de ações concretas (expedição de peças extrajudiciais ou judiciais), no sentido de provocar a adesão dos municípios ao SISAN ou implementar políticas públicas próprias de segurança alimentar e nutricional. - Haverá disponibilidade de tempo e dedicação da equipe envolvida, especialmente dos membros responsáveis e da gerência do projeto. - As instituições parceiras (universidades, conselhos e associações) manterão o compromisso de apoio técnico e institucional ao longo do projeto. - Haverá apoio logístico mínimo da estrutura administrativa do MP/AL para viagens, eventos e produção de materiais. - As capacitações contarão com adesão e participação efetiva dos públicos-alvo (membros do MP/AL e parceiros).

::: Restrições

- Orçamento limitado à produção de 300 cartazes (R\$ 950,00) e 300 cartilhas (R\$ 3.600,00), não sendo possível ampliar esse quantitativo sem suplementação. - Período máximo de execução: 12 meses, com término previsto até dezembro de 2025, o que exige cumprimento rigoroso do cronograma. - Equipe fixa e limitada: não haverá contratação de novos servidores ou apoio técnico externo contínuo, sendo todas as ações executadas pela equipe do MP/AL e parceiros voluntários. - Dependência de diárias e veículos institucionais para viagens ao interior, sujeitas à disponibilidade orçamentária e logística do órgão. - Gratificações previamente definidas para a gerente do projeto, sem margem para reajustes durante a execução.

::: Lista de Arquivos

TAP DHANA FINAL assinado.pdf

Descrição: Termo de Abertura de Projeto Estatístico - TAP

Data Inclusão: 29/05/2025

proposta de adaptação do projeto DHANA.odt

Descrição: Proposta de adaptação do projeto - ajuste de novas datas

Data Inclusão: 30/05/2025

reuniao do projeto.pdf

Descrição: Reunião do Projeto

Data Inclusão: 30/05/2025

::: Lista de Links

Não foram adicionados links.

::: Equipe de Trabalho



Infância e Juventude

ALEXANDRA BEURLIN

Membro de equipe de projeto
(82) 2122-3643



Núcleo de Urbanismo

MARIA LUISA OLIVEIRA DIAS PINTO

Gerente do Projeto
(82) 2122-3700



2ª Promotoria de Delmiro Gouveia

PAULO HENRIQUE CARVALHO PRADO

Membro de equipe de projeto
(82) 2122-3697

::: Contatos Externos

Não possui contatos externos cadastrados.

::: Plano de Ações

Fase	Status	Descrição da Ação	Responsável	Prev Início	Prev Fim	Conclusão
Formalização de Parcerias Inst	A Fazer	A ação consiste na articulação e formalização de parcerias com instituições estratégicas, como universidades, conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, e a Associação dos Municípios Alagoanos (AMA). O objetivo é fortalecer o desenvolvimento técnico e institucional do projeto, promovendo cooperação intersetorial na defesa do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA). As parcerias visam apoiar ações de capacitação, produção de conhecimento, estímulo à adesão municipal ao SISAN e fortalecimento da rede de proteção a crianças, adolescentes e suas famílias. Os convênios e termos de cooperação deverão ser firmados nos primeiros meses do projeto.	Alexandra	01/05/2025	30/06/2025	

Fase	Status	Descrição da Ação	Responsável	Prev Início	Prev Fim	Conclusão
Banco de peças DHANA: ferramen	A Fazer	<p>Criação de um banco de peças técnicas voltadas à atuação do Ministério Público de Alagoas na promoção e defesa do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa ação consiste na elaboração e organização de modelos padronizados de peças extrajudiciais e judiciais, como recomendações, notificações, ofícios, TACs, petições e outras manifestações institucionais, que servirão de suporte jurídico e operacional às Promotorias de Justiça participantes do projeto. As peças serão desenvolvidas com base em boas práticas já utilizadas no MP/AL, referências técnicas da Recomendação CNMP nº 97/2023, legislações pertinentes e orientações estratégicas do projeto, garantindo uniformidade, eficiência e efetividade na atuação. O banco será disponibilizado aos membros do MP/AL em formato digital, podendo ser continuamente atualizado ao longo da execução do projeto.</p> <p>O primeiro encontro da capacitação abordará o papel da alimentação na evolução humana individual e coletiva, destacando os impactos físicos, cognitivos e sociais da insegurança alimentar. A partir de uma abordagem científica, serão apresentados os danos irreversíveis da fome, suas causas e consequências, promovendo uma compreensão mais profunda da gravidade do problema. Na sequência, será feita uma exposição do marco legal internacional e nacional do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA), com destaque para a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e para a definição ampla do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), consolidando o caráter de direito fundamental da alimentação. Objetivo: Criar uma base teórica sólida para os participantes, conectando ciência, realidade social e direitos humanos.</p>	Maria	30/05/2025	01/07/2025	
1º Encontro do Cursos de Capac	A Fazer		Alexandra	04/08/2025	04/08/2025	

Fase	Status	Descrição da Ação	Responsável	Prev Início	Prev Fim	Conclusão
2º Encontro do Cursos de Capac	A Fazer	<p>O segundo encontro será voltado à apresentação de instrumentos essenciais para o diagnóstico da insegurança alimentar, com foco na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Essas ferramentas serão discutidas em seus aspectos técnicos e aplicabilidade prática pelas Promotorias de Justiça. Será dada atenção especial à insegurança alimentar de crianças e adolescentes em situação de rua, em alusão ao Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua (19/08), enfatizando o papel do Ministério Público na defesa de direitos dessa população invisibilizada. Objetivo: Instrumentalizar os participantes para o diagnóstico e a atuação dirigida às situações mais graves de insegurança alimentar.</p> <p>Este encontro será voltado à análise das políticas públicas de inclusão social que impactam a segurança alimentar e nutricional, promovendo um panorama intersectorial que conecta assistência social, saúde, educação e trabalho. Em seguida, será apresentada a Recomendação CNMP nº 97/2023, com ênfase na importância de incorporar a pauta do DHANA em diferentes áreas de atuação do MP/AL. O encontro se encerrará com um momento de construção coletiva de uma proposta de atuação coordenada dos membros do MP/AL no dia 16 de outubro, em alusão ao Dia Mundial da Alimentação. Objetivo: Apresentar caminhos de ação integrada e prática para a defesa do DHANA, com base nas diretrizes nacionais.</p>	Alexandra	18/08/2025	18/08/2025	
3º Encontro do Cursos de Capac	A Fazer	<p>O último encontro será voltado à apresentação de experiências bem-sucedidas de atuação ministerial em defesa do DHANA, seja no âmbito extrajudicial ou judicial. Promotores de Justiça e parceiros institucionais compartilharão suas práticas, estratégias e aprendizados, promovendo a troca de saberes e o fortalecimento da rede de proteção.</p>	Alexandra	01/09/2025	01/09/2025	
4º Encontro do Cursos de Capac	A Fazer		Alexandra	15/09/2025	15/09/2025	

Fase	Status	Descrição da Ação	Responsável	Prev Início	Prev Fim	Conclusão
Campanha institucional junto à	A Fazer	Em alusão ao Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro), o Ministério Público de Alagoas realizará uma mobilização institucional coordenada, reunindo Promotorias de Justiça de diferentes áreas para fortalecer a visibilidade e a efetividade da atuação em defesa do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA). A ação terá como eixo central a expedição simultânea de peças extrajudiciais ou judiciais pelas Promotorias participantes do projeto, abordando temas como adesão municipal ao SISAN, fiscalização de merenda escolar, combate à insegurança alimentar em populações vulneráveis e indução de políticas públicas locais de SAN. Paralelamente, a Assessoria de Comunicação (ASCOM) do MP/AL promoverá uma campanha institucional de grande alcance, destacando o protagonismo do Ministério Público no combate à fome e na promoção de justiça social. A campanha incluirá: Divulgação em mídias digitais e imprensa tradicional; Vídeos e matérias sobre as ações promovidas no interior; Depoimentos de membros do MP/AL envolvidos no projeto; Publicações educativas sobre o DHANA nas redes sociais do órgão. Objetivo: Unir esforços internos e ampliar o reconhecimento social do papel do MP/AL como garantidor do direito de estar livre da fome, por meio de ações concretas e de comunicação estratégica.	Alexandra	16/10/2025	16/10/2025	

::: Indicadores

Tipo	Nome	Iniciativa	Meta	Frequência	Unidade	Responsável
Eficácia	Número de convênios/parcerias formalizadas	No mínimo uma parceira formalizada. A forma de medição se dará a partir da formalização da parceria.	1.00 mín.	Anual	Valor Absoluto	Maria
Execução	Materiais gráficos produzidos e distribuídos	300 cartazes e 300 cartilhas que deverão ser produzidos e distribuídos. A forma de medição se dará a partir das quantidades produzidas e distribuídas.	300.00 mín.	Anual	Valor Absoluto	Maria
Efetividade	Número de capacitações realizadas	Definida em 4 capacitações. A forma de medição se dará a partir da conclusão de cada capacitação.	4.00 máx.	Anual	Valor Absoluto	Maria
Efetividade	Número de Promotorias aderentes	No mínimo, o projeto busca a aderência de 30% das Promotorias de Justiça. A forma de medição se dará a partir da instauração de procedimento judicial ou extrajudicial da Promotoria aderente.	30.00 mín.	Anual	Percentual	Alexandra

::: Riscos

Não possui riscos cadastrados.

::: Custos

Descrição	Tipo	Unid	R\$ Unit	Quant	R\$ Total	R\$ Gasto
-----------	------	------	----------	-------	-----------	-----------

- Produção de 300 cartazes (R\$ 950,00);	Materiais e Equipamentos	Unid	3,17	300,00	951,00	0,00
- Produção de 300 cartilhas (R\$ 3.600,00)	Materiais e Equipamentos	Unid	12,00	300,00	3.600,00	0,00
- Gratificação da Gerente;	Outras despesas	Outras	211,58	12,00	2.538,96	0,00

::: Mensagens

Não há mensagens nesse projeto.

::: Assinaturas

As assinaturas foram realizadas eletronicamente pelos responsáveis, conforme Art. 1º, III, "b", da Lei Federal nº 11.419/2006, mediante o uso de login e senha pessoais e intransferíveis.

Não houve assinaturas.